



REFORMA ADMINISTRATIVA PEC EMERGENCIAL E DÍVIDA PÚBLICA

SINDIFISCO/SE
24 de fevereiro de 2021

Conjuntura: Estamos sob a Ditadura do Capital



**"ESTAMOS SOB A DITADURA DO CAPITAL",
POR MARIA LUCIA FATTORELLI**

28 DE JANEIRO, 2021

**Monitor Mercantil: "Estamos sob a
ditadura do capital", por Maria Lucia
Fattorelli**

- **PEC 186**
- **PEC 32**
- **Dívida Pública**

- **PEC 186**

“PEC Emergencial”

“PEC Emergencial” - Desmonte dos Direitos Sociais conquistados na Constituição de 1988

O Substitutivo da PEC 186 insere, no Art. 6º da Constituição, um parágrafo único que condiciona a garantia de direitos sociais ao equilíbrio fiscal:

“Será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional”.

- Todos os direitos sociais (educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados) ficarão condicionados a um conceito de “equilíbrio fiscal”.
- Conforme a grande mídia e analistas conservadores, “equilíbrio fiscal” tem sido a justificativa para cortar investimentos sociais, sendo que a verdadeira causa de desequilíbrio fiscal no país tem sido o exorbitante gasto com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Direitos Sociais ficarão constitucionalmente subordinados ao pagamento da questionável dívida pública.

PEC 186

CALOTE à Saúde, Educação, Estados e Municípios

- o Substitutivo da PEC 186 acaba com as vinculações (pisos) de recursos para a saúde e educação, nas esferas federal, estaduais e municipais, o que é um retrocesso histórico inaceitável!
- Contém um calote aos estados e municípios, pois acaba com o ressarcimento pela União das perdas de estados e municípios com a chamada “Lei Kandir” (Lei federal que concedeu isenção de ICMS sobre exportações de produtos primários e semi-elaborados. O ressarcimento tem sido historicamente insuficiente e a PEC 186 extingue)
- É permissiva com devedores da Previdência: permite que a pessoa jurídica em débito com a Seguridade Social possa contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios
- Também acaba com a destinação de 28% do PIS/PASEP para os financiamentos do BNDES.

“PEC Emergencial” aumenta o privilégio da Dívida

*"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a **manter a dívida pública em níveis que assegurem sua sustentabilidade**"*

*"A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a **sustentabilidade da dívida**"*

A PEC 186 aumentará a desigualdade social, pois além de condicionar os direitos sociais ao “equilíbrio fiscal”, reforça ainda mais o privilégio da dívida pública.

Para que tem servido a dívida pública no Brasil

<https://bit.ly/3dMqBhw>

“PEC Emergencial” acarretará congelamento de carreiras, reajustes a servidores, salário mínimo e benefícios previdenciários

O Substitutivo também prevê que, caso a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95%, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, **vedar**, por exemplo:

- a concessão de qualquer aumento, vantagem, criação de cargos, planos de carreira, etc. aos servidores públicos;
- qualquer aumento de despesa obrigatória;
- o aumento real do salário mínimo ou benefícios previdenciários;
- outros

“PEC Emergencial” prorroga o “orçamento de guerra”

Na tentativa de gerar um argumento a favor da PEC, o relator inseriu a continuidade do chamado “orçamento de guerra”, permitindo que gastos relacionados à pandemia (principalmente o “Auxílio Emergencial”) fiquem dispensados da observância das limitações quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa.

Porém, este dispositivo deveria existir para todos os investimentos sociais há muito tempo, e sua aprovação não deveria estar condicionada à aprovação de outros dispositivos nefastos, principalmente porque:

- A Bolsa-Banqueiro ilegal tem sido paga religiosamente
- Possuímos cerca de R\$ 5 trilhões em caixa!

O Brasil não está quebrado e há muito a ser feito

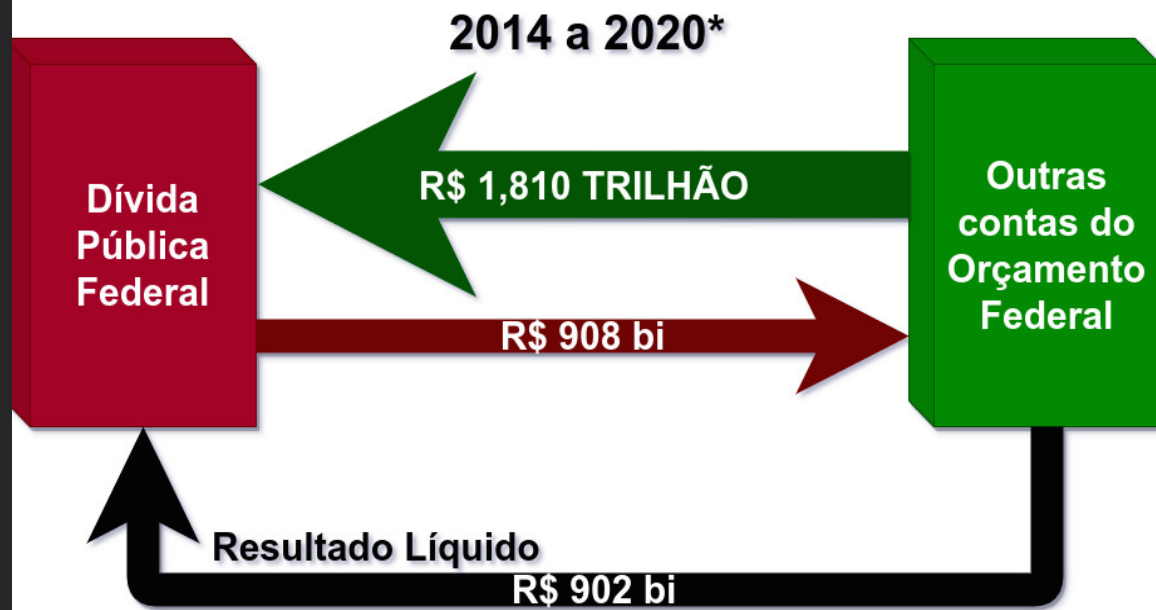
<https://bit.ly/37MniDf>

“PEC Emergencial” aumenta privilégios da Dívida

A PEC 186 permite que sejam feitas operações de crédito para custear despesas correntes, alegando que o país está precisando se endividar para cobrir os gastos com a pandemia, o que é enganoso:

A mentira do "déficit financiado por endividamento"

A dívida no Brasil não tem financiado as áreas sociais, mas, sim, tirado recursos do país.



Nota: Valores correntes pagos de 2014 até 05 out. 2020.

Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em https://www1.siop.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em 05 out. 2020.

<https://bit.ly/3a7lEfV>

“PEC Emergencial” aumenta privilégios da Dívida

- A autorização para emissão de dívida para custear despesas correntes visa “legalizar” o pagamento de juros da dívida pública com recursos oriundos de novos empréstimos.
- ACD vem denunciando esse artifício desde a CPI da Dívida em 2009/2010: CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO <https://bit.ly/3siJxse> e <https://bit.ly/2MVSvfk>
- O Substitutivo da PEC 186 permite que recursos disponíveis na Conta Única do Tesouro (o chamado “superávit financeiro”) sejam destinados para o **pagamento da dívida pública, ainda que tenham vinculação com determinado investimento social.**

- **PEC 32**

“Reforma Administrativa”

GÊNESE DA PEC 32/2020

*"... estudo do **Banco Mundial** (Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil), publicado em 2017, já evidenciava que **o gasto público é engessado em categorias como folha de pagamento e previdência social**, deixando pouco espaço para despesas discricionárias e de investimento. Mais recentemente, em outubro de 2019, novo estudo do mesmo Banco (Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem), ao analisar dados sobre a folha de pagamentos do Governo Federal e de seis Governos Estaduais, **corroborou a existência de uma série de distorções nos gastos com pessoal.***

BANCO MUNDIAL, braço do BIS, omite o gasto com o Sistema da Dívida, que é o maior gasto público e impede investimentos

GÊNESE: BIS, BANCO MUNDIAL

Documento do Banco Mundial serve de orientação para a redação da reforma.

Propõe ataques com claros reflexos nos direitos sociais, com exemplos claros em educação e saúde.

REFLEXO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Educação Básica [item 16, p. 13]: diz o texto que a ineficiência da educação básica está nos números de alunos por professor, e cuja solução é o enxugamento dos quadros docentes para aumentar em 33% o número de alunos por professor.

Fonte: A fair adjustment : efficiency and equity of public spending in Brazil : Volume I -

<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/884871511196609355/volume-i-s%c3%adntese>

REFLEXO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Saúde [item 19, p. 14]: diz o texto que a ineficiência está na atual política de prover os melhores tratamentos disponíveis aos pacientes, desconsiderando os custos de tais tratamentos. A solução estaria em forçar o paciente a escolher o "tratamento mais eficaz em relação ao custo".

Fonte: A fair adjustment : efficiency and equity of public spending in Brazil : Volume I -

<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/884871511196609355/volume-i-s%c3%adntese>

O Governo plagia Banco Mundial e mente:

PLOA 2021 - Orçamento Engessado

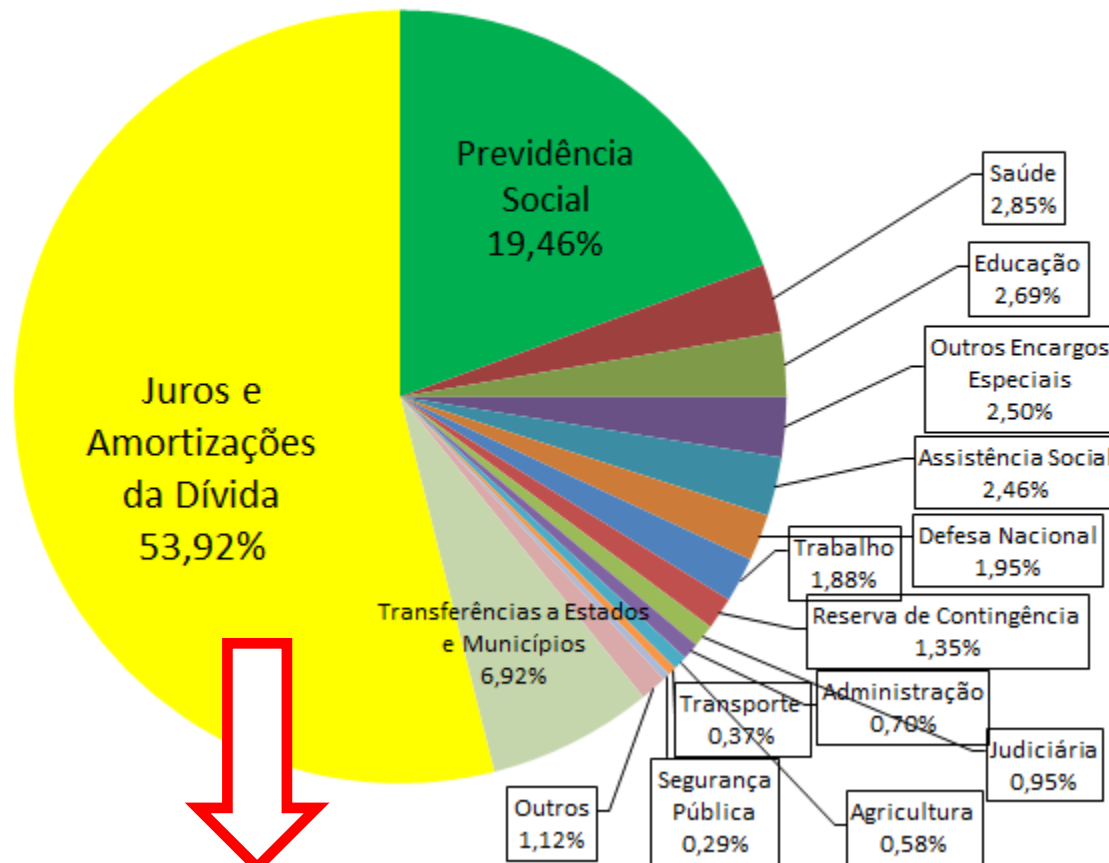
A trajetória leva para um comprometimento integral do orçamento com despesas obrigatórias

Governo omite R\$ 2,2 TRILHÕES de JUROS e AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA



Fonte: www.tesourotransparente.gov.br

PLOA 2021 – MAIS PRIVILÉGIO PARA OS RENTISTAS



**R\$ 2,236
TRILHÕES**

Fonte: Banco de Dados - Sistema de Consulta a LOA 2021 -
<http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2021/proposta/PL2021.EXE>

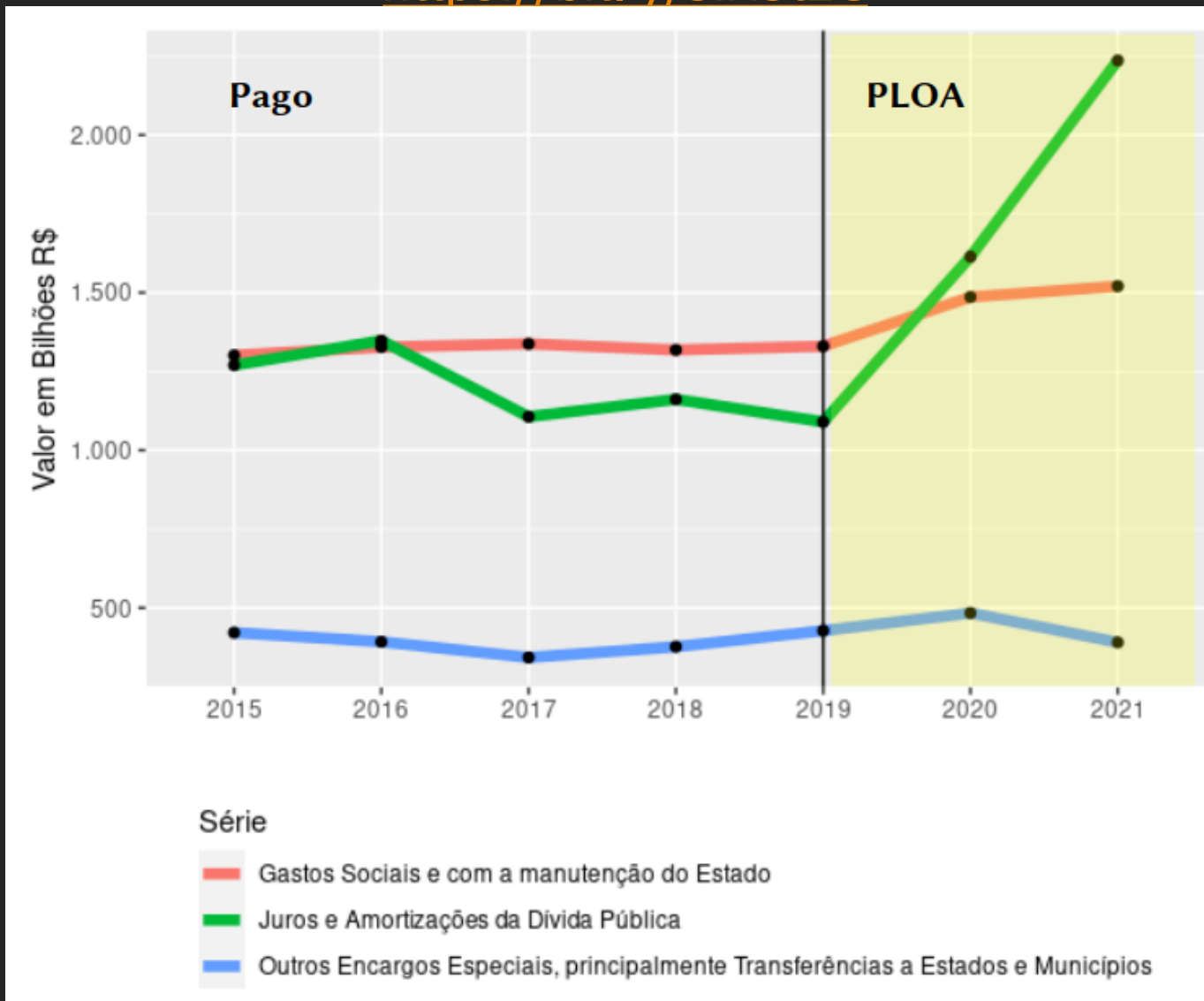
DEFENSORES DO MERCADO SE DESESPERAM COM ESSE GRÁFICO:

- Alegam que a parte amarela "é só rolagem/refinanciamento"
- Porém, o governo computa grande parte dos juros como se fosse "rolagem" ou "refinanciamento"
- Ignoram que todo ano centenas de bilhões de reais de outras fontes (que nada tem a ver com novos empréstimos) são destinadas para o pagamento da dívida.
- Pegar empréstimo para pagar juros é uma opção política. É dinheiro que poderia ir para investimentos sociais.
- Dizem que "a dívida não é problema, pois o governo pode emitir moeda e pagar"
- Ignoram a política monetária do BC que remunera toda a sobra de caixa dos bancos, com danos a toda a economia do país.
- Emitir moeda para pagar dívida ilegal e ilegítima é a mesma coisa que defender abertamente a concentração de renda, a corrupção ou as desonerações abusivas para os muito ricos

DESPESAS FEDERAIS

PAGAS (2015 a 2019) e PREVISTAS no PLOA (2020 e 2021)

<https://bit.ly/3iH3t2G>



CONCLUSÕES ERRADAS DO BANCO MUNDIAL PAUTAM PEC 32

1. O Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Esta é a principal conclusão deste estudo, que analisa as raízes dos problemas fiscais recorrentes do Brasil e apresenta opções para sua solução.

De 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.
Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de
R\$86 bilhões para quase **R\$4 trilhões** no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

Os mecanismos de política monetária do Banco Central,
responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da
“crise”

**TCU afirma que dívida não serviu para investimento no
país** <https://bit.ly/2NTP1Jo>

CONCLUSÕES ERRADAS DO BANCO MUNDIAL PAUTAM PEC 32

2. Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil observou um consistente aumento dos gastos públicos, o que agora coloca em risco a sustentabilidade fiscal. Nos últimos anos, o impacto do aumento constante dos gastos foi agravado pela queda das receitas resultante de uma profunda recessão e pelo crescimento dos gastos tributários. Essa combinação resultou em déficits fiscais anuais superiores a 8% do PIB em 2015-2016 e um aumento da dívida pública de 51,5% do PIB em 2012 para mais de 73% do PIB em 2017. O ajuste fiscal necessário para estabilizar a dívida pública no médio prazo é grande – cerca de 5% do PIB no resultado primário. Se o Brasil não conseguir reverter essa tendência, os resultados serão a perda de confiança dos investidores (nacionais e internacionais), a desvalorização da taxa de câmbio e o aumento da inflação, o que levaria o país de volta aos tempos críticos dos anos 1980 e início dos anos 1990. Além da estabilização fiscal, o Brasil precisa criar espaço fiscal adicional para aumentar o investimento em infraestrutura. O gasto público não é somente maior do que o Brasil pode pagar, mas também contribui pouco para apoiar o crescimento, já que o investimento público foi quase completamente anulado nos últimos anos.

Nas 2 últimas décadas citadas pelo BM o aumento dos gastos foi com a chamada dívida pública, pois produzimos, de 1995 a 2015, R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário.

**BANCO MUNDIAL IGNORA A “CRISE FABRICADA” PELA
POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL**

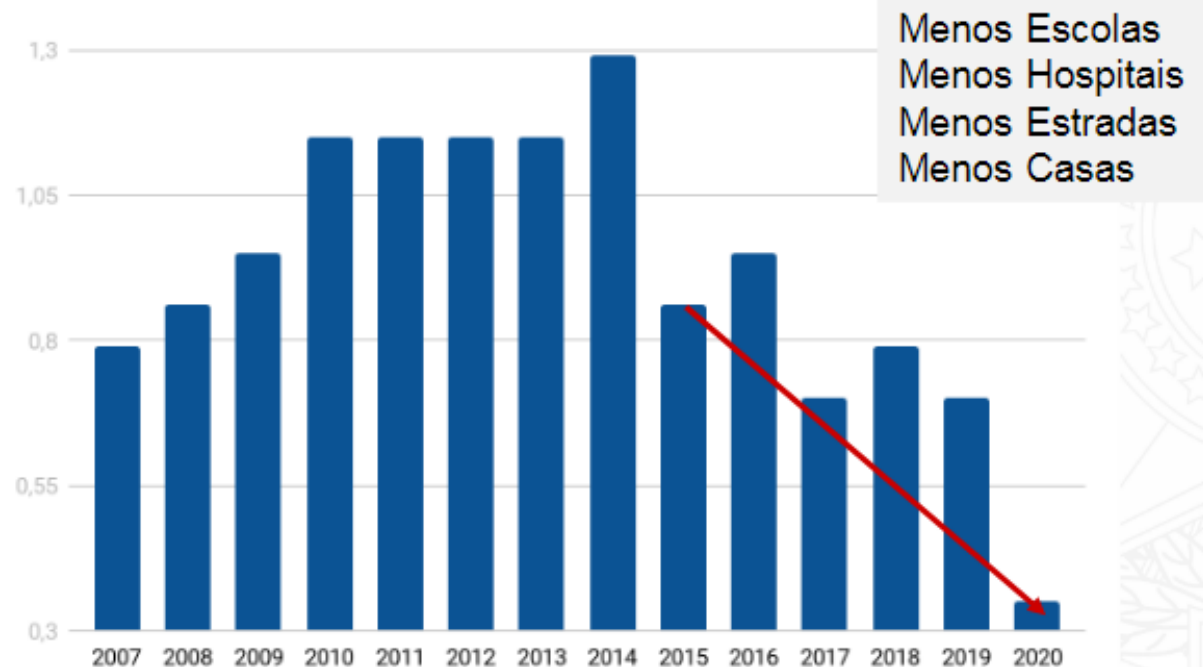
O Governo plagia Banco Mundial e mente:

1 Perda da
capacidade de
investimento

Investimento
público tende a
zero



Investimento Público (Executivo Federal), % do PIB (2007-2020)



**CRISE FABRICADA E DESTINAÇÃO DE
CERCA DE 40% DO ORÇAMENTO PARA
JUROS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA!**

Fonte: LDO

A crise que enfrentamos desde 2014 foi FABRICADA pela Política Monetária do Banco Central



<https://bit.ly/2EQSXWf>



<https://bit.ly/39WBg5C>



<https://bit.ly/3liKWeM>

CRISE FABRICADA DESDE 2014

Em vez de interromper a principal operação que provocou a “crise” o PL 3.877/2020 quer legalizá-la e deixa-la sem limite

12 de novembro, 2020

Compartilhe:   

NOVELA

Capítulo 6



ASSALTO AOS COFRES PÚBLICOS

O que deveria ser **CRIMINALIZADO**
está sendo **PREMIADO**

E VOCÊ É QUE VAI PAGAR A CONTA

Mobilize-se contra projetos que querem “legalizar” doação de dinheiro público para bancos:
PL 3.877/2020, PL 9.248/2017 e PLP 112/2019, que também trata da autonomia do Banco Central,
tal como o PLP 19/2019. Pressione parlamentares para rejeitar esses projetos!

**RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS E A
QUEDA DO PIB, A QUEBRA DE EMPRESAS E O AUMENTO DO DESEMPREGO**

<https://bit.ly/3coiw27>



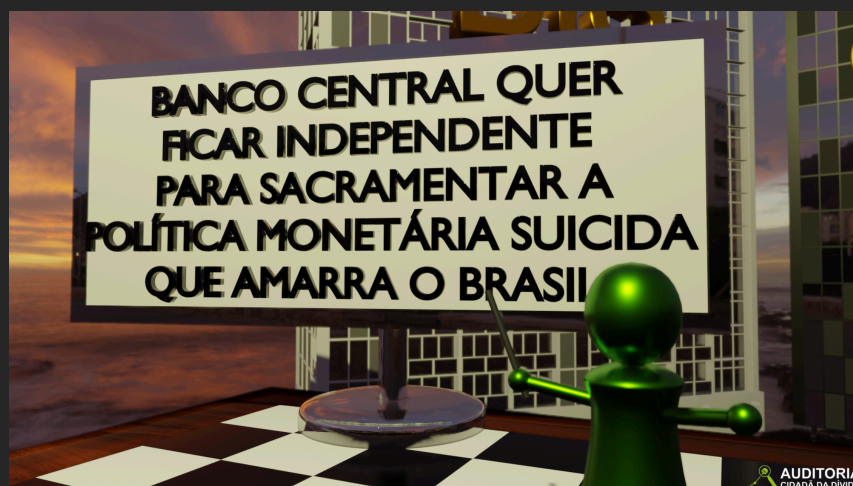
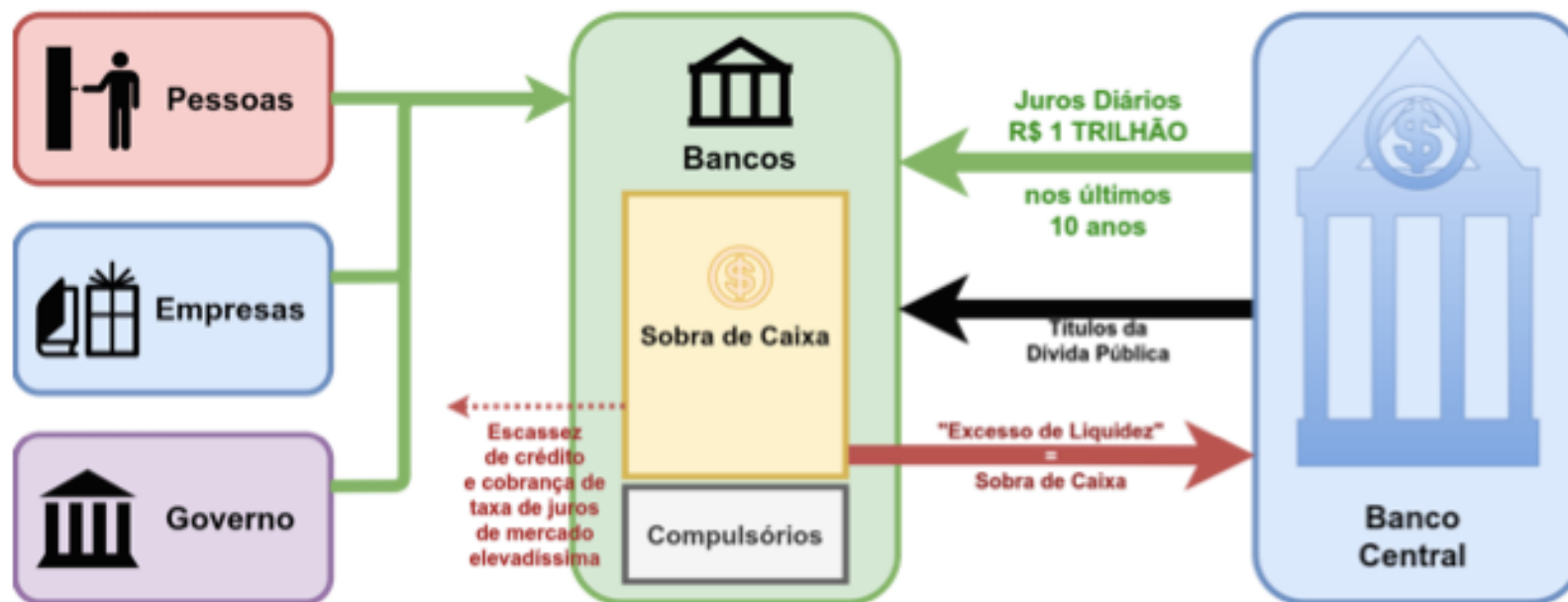
**NÃO EXISTE FATO ECONÔMICO QUE
JUSTIFIQUE O BANCO CENTRAL
REMUNERAR A SOBRA DE CAIXA DOS
BANCOS POR MEIO DE**

**“DEPÓSITO VOLUNTÁRIO
REMUNERADO”
É DOAÇÃO SEM CAUSA**

**NÃO AOS PROJETOS
PL 3.877/2020
PL 9.248/2017
PLP 112/2019**

 **AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

Remuneração da Sobra de Caixa dos Bancos e impacto na escassez de crédito e elevação dos juros de mercado



**Deputados Federais
recebem, via Cartório
INTERPELAÇÃO
EXTRAJUDICIAL sobre os
Projetos de Lei
PL 3.877/2020, PL 9.248/2017,
PLP 19/2019 e PLP 112/2019**

<https://bit.ly/2YboFpY>

Bancos lucram com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e produzem a crise

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

**R\$ 96
bilhões**

+

Provisão de

**R\$ 187
bilhões**

TEMOS MANTIDO MAIS DE R\$ 4 TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

- Em 2015 e 2016 o PIB caiu cerca de 7% e seguiu estagnado, embora não tivéssemos tido aqui nenhum dos fatores que produzem crise. Milhões de empresas quebraram e a crise se alastrou para os estados e municípios.
- O Brasil é a 9ª maior economia do mundo; possuímos imensas riquezas e potencialidades
- Há anos temos mantido mais de R\$ 4 trilhões líquidos em caixa e chegamos a quase R\$ 5 TRILHÕES em 2020!

Em Dezembro/2020, possuíamos, por exemplo <https://bit.ly/37MniDf> :

- **R\$ 1,289 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,393 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- **R\$ 1,836 TRILHÃO** em Reservas Internacionais!

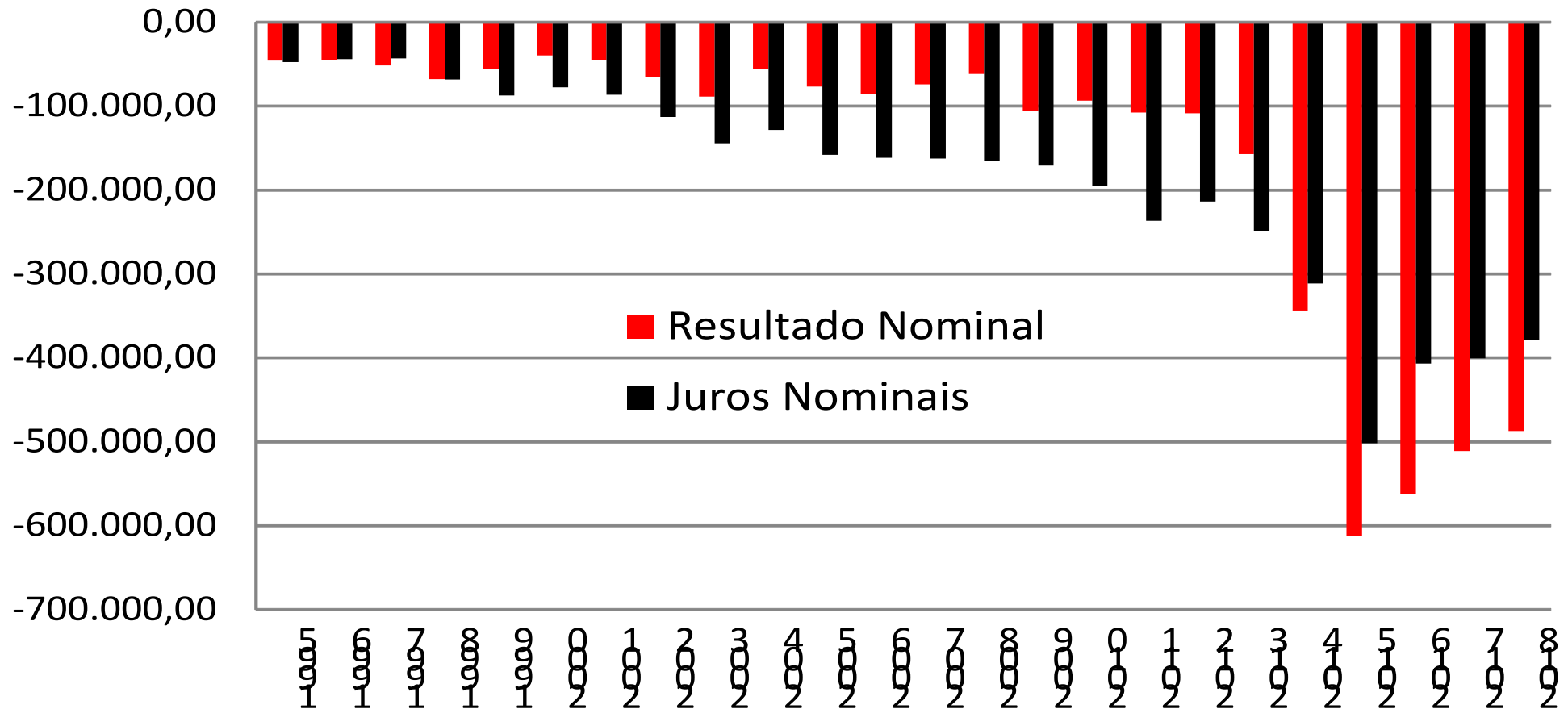
PARA QUE TEM SERVIDO A “CRISE FABRICADA” PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto)
- ✓ EC 93 (aumento da DRU para 30%)
- ✓ Lei Complementar 159/2017
- ✓ Desonerações danosas ao financiamento da Seguridade Social
- ✓ Reformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa
- ✓ Privatizações
- ✓ Esquema Fraudulento: “Securitização de Créditos Públicos”
- ✓ Autonomia do Banco Central, “legalização” da remuneração da
sobra de caixa dos bancos – PLP 112/2019 e PLP 19/2019
- ✓ Plano mais Brasil para banqueiro: PEC 186, 187 e 188
- ✓ PEC 438
- ✓ EC 106

O DÉFICIT SEMPRE ESTEVE NO BANCO CENTRAL

Resultado Nominal e Juros Nominais (R\$ milhões)



Fontes: Banco Central - Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor

Público - https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls

O DÉFICIT SEMPRE ESTEVE NO BANCO CENTRAL



27 DE JANEIRO, 2021

Extra Classe: "O déficit está no Banco Central e não nos gastos sociais ", por Maria Lucia Fattorelli

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/extra-classe-o-deficit-esta-no-banco-central-e-nao-nos-gastos-sociais-por-maria-lucia-fattorelli/>

RENÚNCIA FISCAL E GASTO COM JUROS PAGOS PELO TESOURO NACIONAL AO BANCO CENTRAL QUASE R\$ 3 TRILHÕES DE 2010 A 2019

CUSTO DO FINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL PELO TESOURO NACIONAL			
Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sem contrapartida financeira (Bilhões de Reais)	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC (Bilhões de Reais)	Soma (Bilhões de Reais)
2010	56,86	71,51	128,37
2011	186,28	84,30	270,58
2012	117,11	89,43	206,54
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,40	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,97
Total	1.669,98	1.230,13	2.900,11
Elaboração própria.			
Fonte: https://bit.ly/3hOKYtu e https://bit.ly/32CXI0h			

<https://bit.ly/3bBVmTF>

POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL TRANSFERE RECURSOS PARA BANCOS E AUMENTA A DÍVIDA INTERNA EM TRILHÕES

**TEMOS DINHEIRO SOBRANDO
PARA REMUNERAR DIARIAMENTE
A SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS?
ESSA É A PRIORIDADE DO PAÍS???**

SIM

NÃO

Estamos enfrentando uma **"Reforma da Previdência"** que retira R\$ 1 TRILHÃO (nos próximos 10 anos) das mãos das pessoas que recebem aposentadoria, pensão ou benefício da Seguridade Social.

Porém, você sabia que **R\$ 1 TRILHÃO JÁ FOI DESTINADO PARA OS BANCOS** (nos últimos 10 anos), de forma ilegal, para remunerar diariamente o dinheiro que sobra em seu caixa?

Isso mesmo, o dinheiro que os bancos não conseguem emprestar (porque cobram juros elevados demais) está sendo remunerado diariamente!

Em vez de acabar com essa ilegalidade, o governo enviou ao Congresso o PLP

<https://bit.ly/2GQFvSF>

CONCLUSÕES ERRADAS DO BANCO MUNDIAL PAUTAM PEC 32

12. A redução dos prêmios salariais excepcionalmente altos dos servidores públicos também seria desejável de um ponto de vista de equidade. A grande maioria (83%) dos servidores públicos federais integram o quintil mais rico da população. Estimativas sugerem que a redução pela metade do prêmio salarial em relação ao setor privado geraria uma economia equivalente a 0,9% do PIB. Isso sugere a necessidade de um estudo aprofundado para comparar as remunerações dos setores público e privado. No entanto, os dados disponíveis já são suficientes para recomendar a suspensão de reajustes nas remunerações do funcionalismo no curto prazo, enquanto se desenvolvem estudos mais detalhados sobre o valor adequado de remuneração das diversas carreiras públicas.

ARGUMENTOS ERRADOS, desmentidos tanto em base a dados internacionais (OCDE) como dados oficiais do próprio governo, conforme detalhado na Carta Aberta <https://bit.ly/2NFqg5w>

A REFORMA ADMINISTRATIVA VAI AUMENTAR GASTOS COM
CHEFIAS PRIVADAS DE ALTO RISCO

PEC 32 PRIVATIZA E ABRE ESPAÇO PARA CORRUPÇÃO

O Governo plágia Banco Mundial e mente:

Evolução das despesas com pessoal

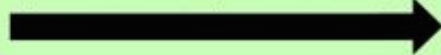
A folha de pagamento de servidores públicos federais está cada vez mais cara



ERRADO! Governo considera os valores nominais, mas em outra tela mostra dados em % do PIB, quando quer dizer que algo está caindo!

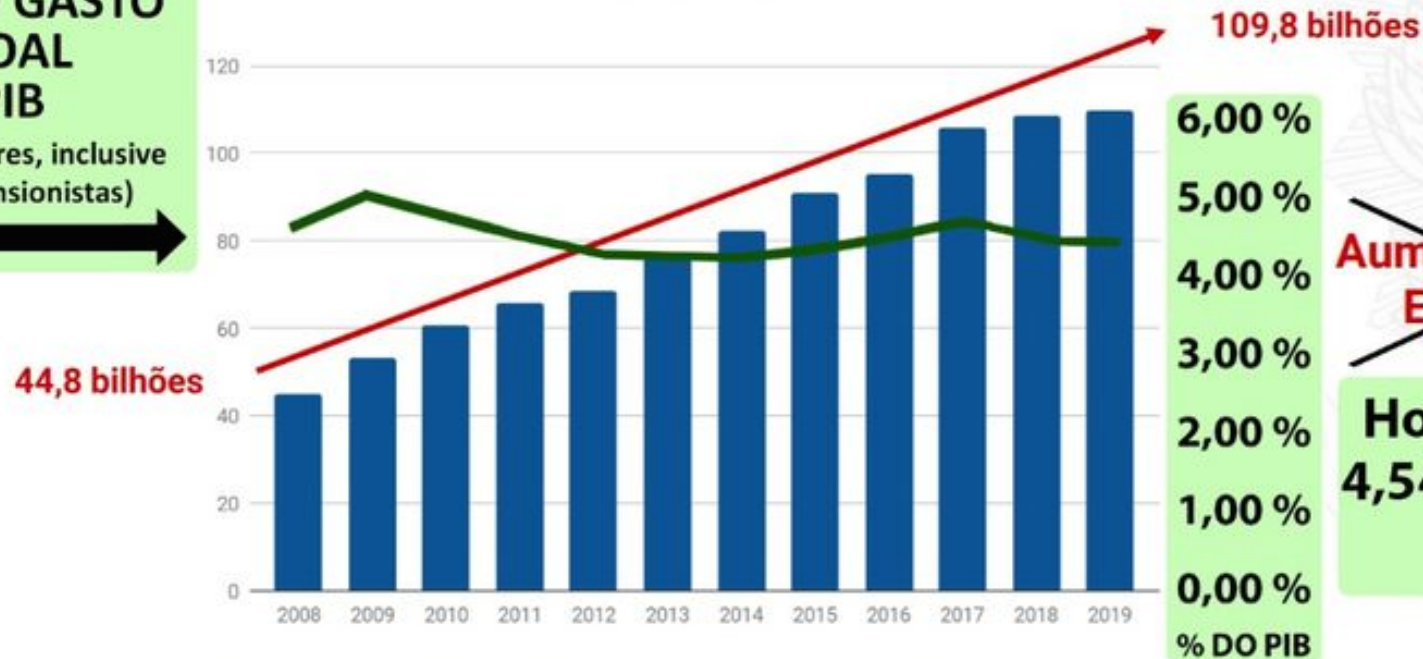
QUEDA NO GASTO COM PESSOAL EM % DO PIB

(de todos os poderes, inclusive aposentados e pensionistas)



Despesa com pessoal civil ativo do Executivo Federal (SIAFI)*

(em R\$ bilhões)



~~Aumento de 145%
Em 12 anos~~

Houve queda de
4,54% para 4,34%
do PIB

Fonte: SGP

* Inclui Empresas Estatais dependentes e contribuição patronal ao INSS. Não inclui certas despesas com pessoal classificadas como custeio (ex: auxílio-moradia)

Fontes: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/setembro/nova-administracao-publica.pdf/@download/file/Nova%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf> e <https://www.painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>

SE COLOCAR O GASTO COM A DÍVIDA NA MESMA ESCALA, como ficaria o gráfico:

**Juros e Amortizações
da Dívida**

**Governo Federal
(R\$ bilhões)**

**Servidores Federais Ativos
(R\$ bilhões)**



Fontes: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/setembro/nova-administracao-publica.pdf/@download/file/Nova%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf> e

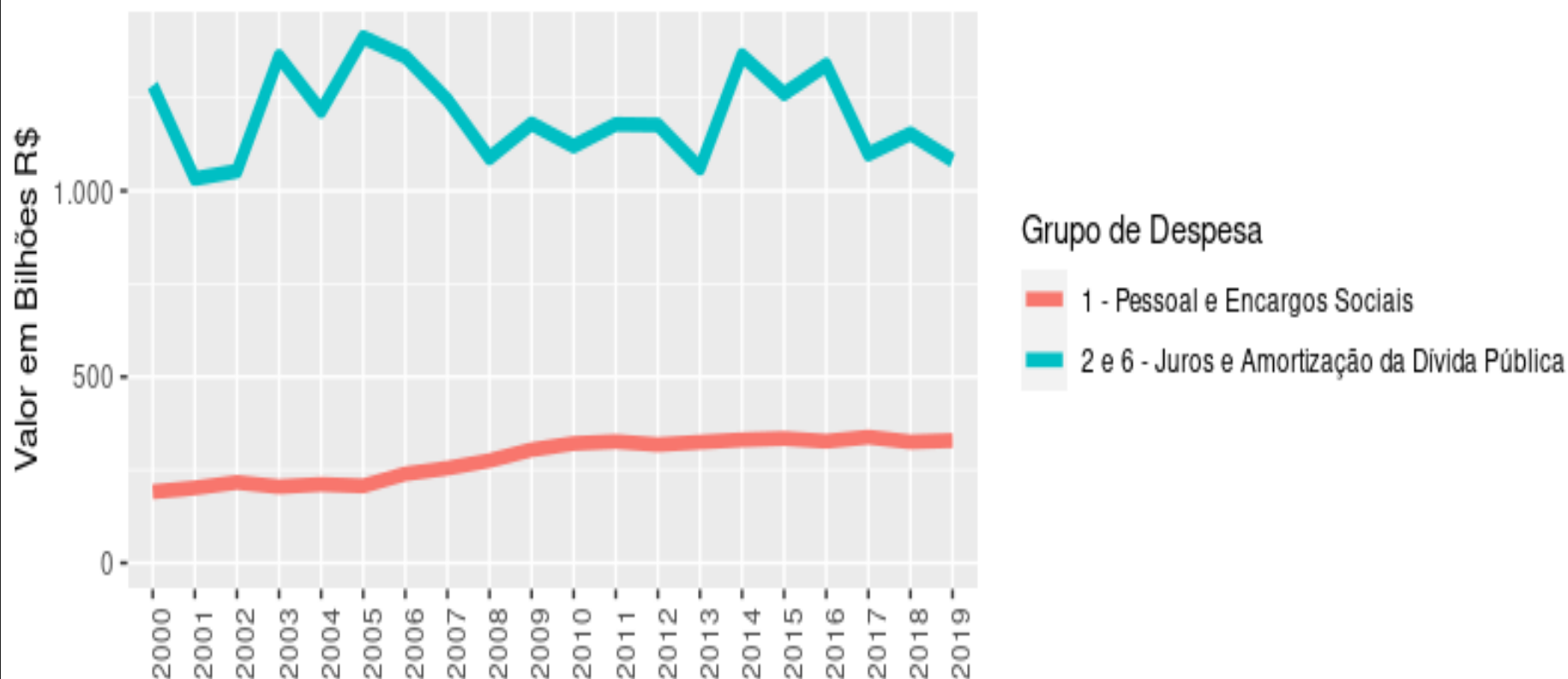
https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Comparativo entre os Gastos com a Dívida Pública e com PESSOAL e ENCARGOS (federal)

Despesas Pagas por Grupo de Despesa - 2000 a 2019

Esfera: União.

Valores corrigidos pelo IPCA Anual. Ano de referência: 2020.



Fonte: Elaboração própria com dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP/ME), disponível em:

<https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS/Execucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS@pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06>. Acesso em 17 set 2020.

PEC 32/2020

- NÃO pode ser chamada de “Reforma Administrativa”
- NÃO É uma organização republicana do Estado que se destine a melhorar o atendimento à população
- **Trata-se de uma REFORMA IDEOLÓGICA QUE MODIFICA O PAPEL DO ESTADO**
- Segue a ideologia dos que acreditam que o mercado será capaz de dar uma resposta às demandas sociais...

Durante a PANDEMIA, qual foi a resposta do mercado?

O que teria ocorrido ao povo brasileiro sem o serviço público, em especial o SUS?

PONTO CENTRAL DA PEC 32/2020

Artigo 37 da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública, eficiência e subsidiariedade e, também, ao seguinte:

O Estado passa a atuar na “subsidiariedade”, ou seja, nas “sobras”, onde não interessar ao mercado.

Justificativa para PRIVATIZAÇÕES, TERCEIRIZAÇÃO, DESMONTE DO SERVIÇO PÚBLICO

PEC 32/2020: PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO

Inclusão de novo Artigo 37-A à Constituição Federal:

“Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.”

Alguém acredita que o setor privado irá emprestar pessoal para o Estado sem contrapartida financeira?

Espaço para negociações e trocas, abrindo espaço para ganhos escusos e corrupção!

PEC 32/2020: DESMONTE DO ESTADO

Altera o artigo 84 da Constituição Federal:

Por meio de simples DECRETO o presidente da República poderá extinguir:

- cargos públicos;
- Ministérios e órgãos diretamente subordinados à presidência;
- entidades da administração pública autárquica e fundacional.

Risco para as Universidades Federais, órgãos reguladores, IBAMA, INPE, DNIT, FIOCRUZ, Instituto Butantã e outros

PEC 32/2020: IMPEDE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO PAÍS

- **Projeto de Desenvolvimento só é possível com uma estrutura de Estado permanente:** a PEC 32/2020 acaba com os planos de carreira e até com o regime jurídico único (RJU), que foi uma das principais conquistas da CF
- A estabilidade para servidores públicos é uma garantia para a sociedade, de que haverá continuidade do serviço público, independentemente das trocas de governantes.

A quem interessa o desmonte do Estado?

- **Dívida Pública**

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



MODELO ECONÔMICO ERRADO, CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos <https://bit.ly/33bVDd0>
 - ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
 - ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
 - ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
 - ✓ MODELO EXTRATIVISTA IRRESPONSÁVEL PARA COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

"SISTEMA DA DÍVIDA"

- **Utilização do endividamento público às avessas:** ao invés de instrumento de financiamento dos Estados, funciona como mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente a bancos e grandes corporações
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Principal característica:
"dívida pública" sem contrapartida
- Maior beneficiário:
Setor financeiro



• **SISTEMA DA DÍVIDA**

OUTRO PATAMAR:

- Apropriação dos recursos públicos por meio de MECANISMOS FINANCEIROS não transparentes: a dívida pública sequer aparece como “Dívida Pública”
- Desvio de recursos públicos antes que eles alcancem o orçamento: ESQUEMA DA SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS
- Remuneração garantida aos bancos sem limite e sem justificativa: Banco Central é a correia de transmissão de recursos aos bancos e garante BOLSA BANQUEIRO SEM LIMITE aos bancos: “DEPÓSITO VOLUNTÁRIO REMUNERADO” PL 3.877/2020, PL 9.248/2017; PLP 112/2019 e PLP 19/2019

Bancos fogem da Auditoria <https://bit.ly/3bE4WoX>

SISTEMA DA DÍVIDA EM NOVO PATAMAR

Diversos materiais da campanha
É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>



29 DE OUTUBRO, 2020

Vídeo 17 EHORAdeVIRARoJOGO



27 DE OUTUBRO, 2020

Para que tem servido a Dívida
Pública que você paga?

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/video-17-ehoradevirarajogo/>

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/para-que-tem-servido-a-divida-publica-que-voce-paga/>

A “NECESSIDADE” DE PAGAR ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO A JUSTIFICATIVA PARA:

- Destinação da maior parte do Orçamento Federal para os gastos com Juros e Amortizações
- Contínuo e rigoroso Ajuste Fiscal, levando a contingenciamentos cada vez mais drásticos que impedem o funcionamento do Estado (até mesmo na área da Defesa Nacional) e a prestação dos serviços públicos essenciais (Saúde, Educação etc.)
- Privatizações
- Contrarreformas que favorecem bancos <https://bit.ly/2XV1Pkw>
- Modificações constitucionais danosas (EC 95, PEC 32, PEC 186)
- Novos esquemas geradores de dívida pública: “Securitização” e EC 106/2020 (compra de papel podre pelo BC sem limite <https://bit.ly/3jK41a5>)

QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS DEVEMOS...

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,88	1.034,85	6.691,94

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> e Banco Central.

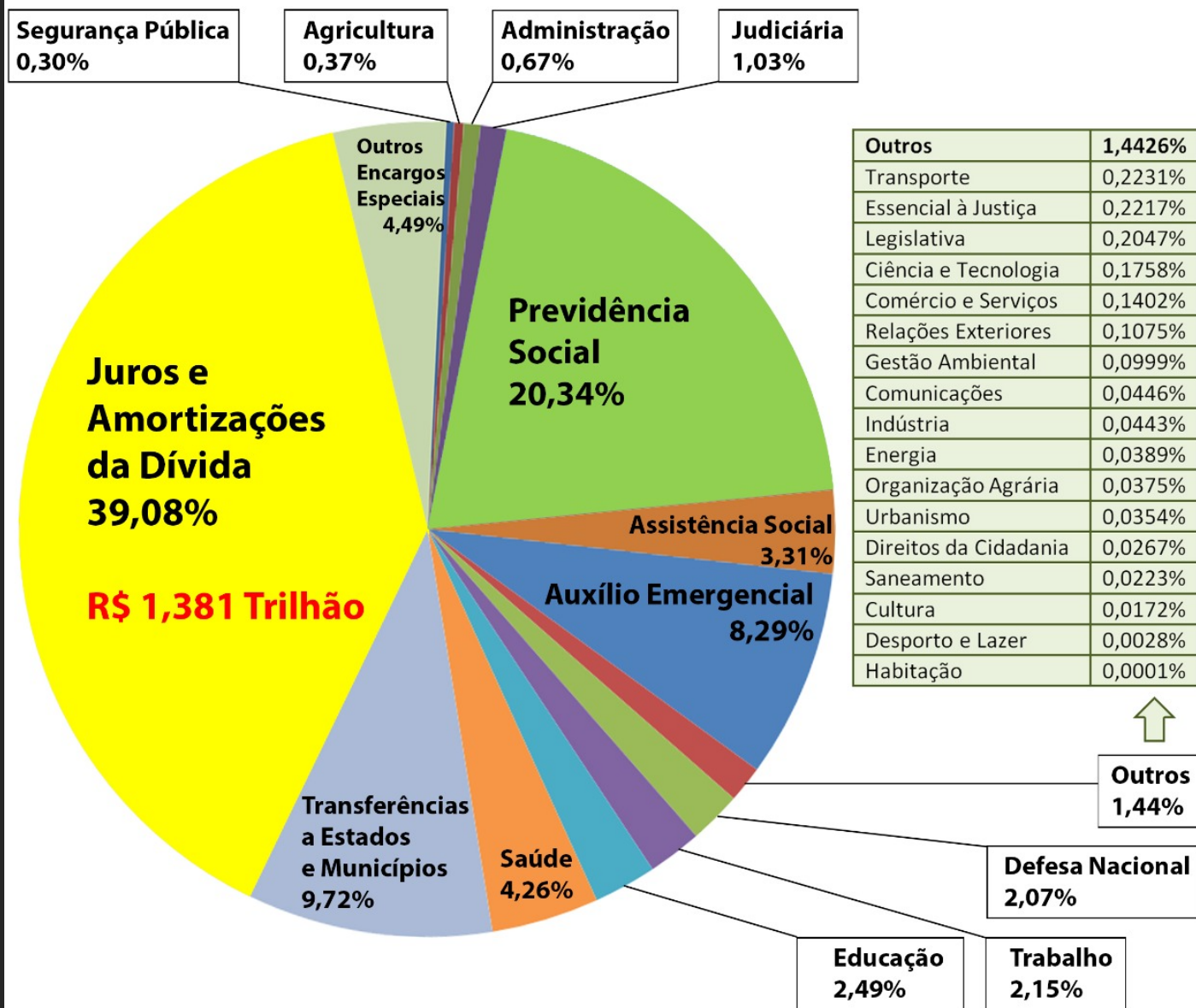
Apesar das
"Amortizações"
gigantes a dívida
cresce, pois grande
parte dos juros são
contabilizados
como
"amortizações"
<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

**Relatório ACD
1/2013**

<https://bit.ly/2MVSvfk>

Orçamento Federal Executado (pago) em 2020 = R\$ 3,535 TRILHÕES

Inclui gastos do "Orçamento de Guerra" autorizado pela Emenda Constitucional 106/2020



Fonte: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw

Nota: Consulta em 15/1/2021. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Inclui o chamado "Orçamento de Guerra", aprovado por meio da Emenda Constitucional 106/2020 no contexto da pandemia. Gráfico por Função, com exceção das Funções "Encargos Especiais" e "Assistência Social", cujas parcelas foram desmembradas de acordo com a natureza da despesa. A Função "Encargos Especiais" foi desmembrada em "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903), e "Outros Encargos Especiais" (compostos principalmente de gastos de R\$ 50 bilhões com o cumprimento de Sentenças Judiciais, e gastos de R\$ 58 bilhões com garantias dadas aos bancos no âmbito do PRONAMPE, no valor de R\$ 38 bilhões, e no âmbito do Fundo Garantidor de Investimentos no valor de R\$ 20 bilhões, relacionados a empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas). A Função "Assistência Social" foi desmembrada para destacar a parcela referente ao "Auxílio Emergencial", mostrada separadamente no gráfico.

<https://bit.ly/3pOSvvH>

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da
Constituição

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Modelo Econômico Errado
- Política Monetária suicida do BC
- Sistema da Dívida



➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Campanha É HORA DE VIRAR O JOGO <https://bit.ly/33bVDd0>
- AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO **SOCIAL**
- **Divulgar a Carta Aberta contra PEC 32** <https://bit.ly/2NFqg5w>
- Participar das mobilizações www.auditoriacidada.org.br



Grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina